



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

**ATA DA CÂMARA TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA  
FARMACÊUTICA**

**LOCAL:** Rua Esteves Junior, 160, 8º andar – sala de reuniões. Florianópolis.

**DATA:** 10 de abril de 2018

**HORÁRIO:** 09h

**PRESENTES À REUNIÃO**

SES: Lourdes de Costa Remor (CIB), Calos Alberto T. Pereira (NATJUS/SES), Maria Teresa Bertoldi Agostini (DIAF), Liemar Coelho Vieira (DIAF), Shirley M. K. Miura (DIAF), Alba Sonia dos Santos (GEROR) Paulo Brentano (SES), Lia Quaresma Coimbra (DIAF), Adaiane Daros (21º ADR), Luísa Stankiewicz (CSDGF/18ª).

COSEMS: Terezinha Bisognin (Chapecó), Maristela Sommer (Mafra), Lilian Vizentin (São José), Luana Machado Ferreira (Palhoça), Sueli L. B. Sostisso Seiffert (Criciúma), Alessandra Devens (Fraiburgo), Flávia Mattos Moro (Tubarão), Bruna Eliane S. (Lopes), Ligia Hoepfner (Pomerode), Gláucia Cesa P. (Siderópolis), Alice Buss Cruz (São José), Geraldo azzolini (COSEMS), Luciana de Mattos Galafassi (Tubarão), Juliana de Bittencourt Coneo (Tubarão), Laize T. da Rosa Luciano (Tubarão), Luciano Junior Espósito (Rio do Sul), Paola Sofka Ramos (Rio do Sul), Luciane Savi (na titularidade do Cosems) e Guilherme Pupo na suplência do Cosems, Roberta C. G. da Silva (Joinville), Ana Paula da Silva (Florianópolis), Luciane A. Savi (COSEMS).

**Coordenação da reunião:** Ligia Hoepfner (Pomerode).

**ITENS DE PAUTA**

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior (primeiro ponto de pauta fixo para todas as reuniões) (COSEMS)
  2. Deliberação CIB/501/2013; (COSEMS)
  3. Medicamentos do SAMU; (Sandra)
  4. A SES e municípios deverão trazer sugestões para as capacitações; (Shirley)
  5. A SES deverá trazer na próxima reunião, respostas referentes à contrapartida estadual e repasses/pagamentos; (Maria Teresa)
  6. Banco de Dados do CEOS; (COMAJ)
  7. Como montar a Câmara Técnica Regional; (COSEMS)
  8. Lei 17.110/2017 – Distribuição de medicamento insulina; (Shirley)
- Atendimento dos usuários que recebiam medicamentos nas ADR desativadas. (COSEMS)



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

48

49

50

**51. SAMU: Medicamentos**

52 Retirado de Pauta. Contatar a técnica do SAMU para trazer o item na próxima  
53 Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica em 13 de junho de 2018.

54

**52. Ata da reunião de fevereiro de 2018**

56 Lida e aprovada a Ata anterior. Quando a Secretaria da CIB encaminhar a Ata  
57 para os Membros da Câmara Técnica, estes terão 10 dias para apresentar  
58 sugestões para a correção da Ata, se for necessário.

59

**63. Revisão/atualização da Deliberação CIB/ 501/2013**

61 Maria Teresa Agostini, Diretora de Assistência Farmacêutica da SES, cita que  
62 recebeu as sugestões encaminhadas pelos municípios e a DIAF chegou ao  
63 seguinte parecer: “por enquanto não há como conceder reajuste no recurso  
64 da assistência farmacêutica básica”. Essa fala foi confirmada pelo  
65 Superintendente Financeiro da SES, Jânio Constant, segundo Maria Teresa.  
66 Maria Teresa encaminhará o texto revisado e proposto. Quanto às Atas de  
67 Preços Estaduais sugeridas na nova deliberação pelos municípios (não são  
68 as mesmas atas que estão sendo negociadas pela Fecam. Os municípios  
69 solicitaram que a SES confeccionasse atas apenas para os medicamentos de  
70 dispensação obrigatória e que estão no anexo da Deliberação, assim como já  
71 fazem com alguns medicamentos descritos na Deliberação CIB 501/13),  
72 Maria Teresa coloca que não tem como executá-las.

73 Encaminhamentos: A DIAF (Maria Teresa Agostini) encaminhará a proposta  
74 da Deliberação 501/2013 revisada, para os Membros da Câmara Técnica e  
75 estes deverão devolver as sugestões até 15 de maio de 2018. A DIAF  
76 encaminhará novamente para os Membros da C.T. no início de junho, o texto  
77 completo com as sugestões inclusas, para a discussão na reunião de 13 de  
78 junho de 2018.

79

**80 INFORME SOBRE COMPRA DE MEDICAMENTOS**

81 Maria Teresa Agostini informa que houve uma reunião no Tribunal de Contas  
82 do Estado com participação da FECAM e do Cosems (A SES não foi  
83 convidada) pra discutir sobre a elaboração de Ata de Preço pelo Estado,  
84 modalidade ‘carona’. Alice Buss Cruz de São José cita que a proposta da  
85 FECAM não seria Ata de Preço pela modalidade ‘carona’, mas ata similar as  
86 que a SES já faz (ex: fitas de glicemia) e esclarece que havia representação  
87 do Estado na reunião, bem como de outras entidades. Maria Teresa informa  
88 que os técnicos concordam com os aspectos técnicos propostos pelos  
89 municípios na nova deliberação e entenderam que seria pela modalidade  
90 ‘carona’. Maria Teresa informa ainda que não há como lançar Ata de Preço  
91 sem orçamento. Alba Santos, Gerente de Orçamento, esclarece que a Ata de  
92 Preço requer orçamento/item orçamentário e isso não é possível em função  
93 da receita. Informa que a SES está pagando em dia os recursos referentes a  
94 2018 e que, 2017, está em negociação com o Cosems. O recurso de



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

95 março/2018 está sendo depositado hoje. Ligia Hoepfner de Pomerode  
96 questiona a condução dessa Ata de Preço pela FECAM. Acredita que seria  
97 melhor fortalecer os consórcios. Luciane Savi, Assessora Técnica do Cosems,  
98 menciona que, em relação as atas propostas pela Fecam na reunião no TCE,  
99 questionou quais medicamentos seriam incluídos na Ata de Preço e  
100 informaram que seriam de alto custo. Luciane lembra que alto custo são os  
101 medicamentos especializados e o que seria conveniente que tratassem,  
102 seriam os medicamentos da farmácia básica e que a modalidade não seria  
103 'carona'. Não ficaram definidos na reunião realizada no TCE, quais  
104 medicamentos entrarão na Ata de Preço estadual e nem a modalidade mas  
105 que haveria uma próxima reunião com a presença de técnicos farmacêuticos.  
106 Terezinha Bisognin de Chapecó lembra que foi sugerido que o Estado fizesse  
107 a Ata de Preço. Maria Teresa refere que foi solicitada a retirada do anexo da  
108 Deliberação. Maria Teresa cita que a Ata de Registro de Preço no Estado  
109 foram realizadas com as informações dos municípios desde 2013. Hoje, os  
110 municípios serão questionados pela DIAF/SES via FormSUS. Ligia de  
111 Pomerode refere que não chega a 30% o que é adquirido pela Ata de  
112 Registro de Preço no Estado. Sugere que os municípios informem o que é  
113 comprado da Ata de Registro de Preço via FormSUS.

114

**114. Repasse de recursos aos municípios e contrapartida estadual**

116 Maria Teresa Agostini, Diretora de Assistência Farmacêutica da SES, informa  
117 que alguns municípios não estão recebendo os recursos da farmácia básica  
118 por falta de prestação de contas, como por exemplo, Bom Jardim da Serra. 45  
119 municípios não estão recebendo o recurso da contrapartida estadual por não  
120 estarem utilizando as suas contas bancárias ligadas ao nome do Fundo  
121 Municipal de Saúde. Assim, as contas devem ser regularizadas e vinculadas  
122 ao FMS para voltarem a recebê-los. Os municípios a seguir necessitam de  
123 regularização da conta bancária: Agrolândia, Águas Mornas, Araquari, Aurora,  
124 Balneário Gaivota, Balneário Rincão, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Bom  
125 Jesus, Campos Novos, Cunhatai, Garuva, Guabiruba, Guarujá do Sul,  
126 Guatambu, Ibiã, Iporã do Oeste, Irati, Ituporanga, Lontras, Luis Alves,  
127 Maracajá, Monte Carlo, Nova Veneza, Otacílio Costa, Paial, Praia Grande,  
128 Presidente Castelo Branco, Presidente Nereu, Rio do Oeste, Rio dos Cedros,  
129 Riqueza, Saltinho, Santa Cecília, Santa Terezinha, São Joaquim, São José do  
130 Cedro, Schroeder, Tres Barras, Treviso, União do Oeste, Vargem, Xavantina,  
131 Zortéa. Quanto ao repasse dos recursos, Alba dos Santos, Gerente de  
132 Orçamento da SES, informa que o repasse de 2018 está sendo efetivado em  
133 dia. E o recurso devido de maio a dezembro de 2017 está sendo negociado  
134 com o Cosems.

135

**135. Lei 17.110/2017 – Distribuição de medicamento análogo de insulina**

138 Maria Teresa Agostini, Diretora de Assistência Farmacêutica da SES, informa  
139 que o Estado recorreu ao STF e está aguardando o parecer sobre a Lei  
140 Estadual 17.110/2017 referente à dispensação de análogos de insulina pela  
141 SES/SC. A Lei segue vigente. Informa também que a SES está trabalhando



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

142 com a insulina de ação lenta. Do Ministério da Saúde, Maria Teresa cita que  
143 estão pensando em atender 30% com ação rápida. O MS já fechou para o  
144 diabetes tipo I. Maria Teresa esclarece que , além do protocolo, o MS não  
145 possui fluxo com relação à insulina. A SES está aguardando a decisão do  
146 Supremo Tribunal Federal e, enquanto aguarda, está elaborando estudos da  
147 insulina de ação lenta. Luciane Savi acredita que, se o análogo de insulina do  
148 MS for para o componente básico, será distribuído sem protocolo e a do  
149 Estado, com protocolo. Isso fica confuso para o usuário. Lia Quaresma da  
150 Gerência Técnica da DIAF informa que foi sugerido que os estados  
151 padronizassem o fluxo por meio de um formulário e esse formulário já seria  
152 distribuído junto com a nota técnica.

153 **Encaminhamentos:** Pautar para junho de 2018, para informe.

154

**156. A SES e municípios deverão trazer sugestões para as  
156 capacitações**

157 Maria Teresa Agostini, Diretora de Assistência Farmacêutica da SES, informa  
158 que a DIAF apresenta como proposta de capacitações: Palivizumabe (já  
159 houve); Hepatites virais; AIDS (atualização); Talidomida (2º semestre) e  
160 Farmácia Básica: reeditar pelo telessaúde o que foi realizado no ano passado  
161 com participação da Lígia e Equipe Técnica da SES. Sugerido o estratégico; o  
162 CMED e Banco de Preço. Também, foi sugerido tuberculose, hanseníase e  
163 AIDS, mas, segundo Maria Teresa são componentes trabalhados pela DIVE.  
164 Guilherme, Apoiador do Cosems, sugere a elaboração de capacitação por  
165 módulos no telessaúde, desde a concepção básica. Maria Teresa esclarece  
166 que isso pode ser estudado, mas que, para esse ano não é possível. Lígia de  
167 Pomerode acredita que pelo telessaúde poderiam ser trabalhados temas por  
168 aula/web. Para isso, é necessário saber quantidade de profissionais e quais  
169 precisariam se deslocar e outros. Que poderiam iniciar a capacitação via  
170 telessaúde pela legislação básica, insulina e outros. Schirley esclarece que  
171 em Lages sempre houve problemas na Regional e nos municípios, com  
172 atendimento diferenciado e preferencialmente oferecido pela Regional, para o  
173 Município de Lages. Hoje, Lages está capacitada para atender toda a Região  
174 de maneira uniforme. Maria Teresa trará para a próxima reunião, a equipe do  
175 telessaúde para iniciar conversas e ver o que é possível ser feito. Luciane Savi  
176 sugere que a capacitação fique como contrapartida estadual e conste na  
177 Deliberação, para que o profissional farmacêutico consiga participar da  
178 capacitação no horário de trabalho. Maria Teresa menciona que a  
179 programação de cursos é feita em agosto de cada ano. Os municípios  
180 sugerem que em agosto já se tenha a programação pronta para o ano 2019.  
181 E questiona como colocar na Deliberação essa contrapartida/parceria  
182 estadual na capacitação. Lia Quaresma reforça que o telessaúde é voltado  
183 para a farmácia básica e a DIAF faz as capacitações subsequentes. A  
184 sugestão é não trabalhar assuntos aleatórios.

185 **Encaminhamentos:** Ficou consensuado colocar as capacitações em parceria  
186 SES e Cosems, para não haver trabalhos aleatórios.

187

**188. Banco de Dados do CEOS**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

189 Luciane Savi cita que fez teste com login que foi disponibilizado e não  
190 conseguiu acessar o Banco de Dados. Carlos Alberto Pereira do NAT informa  
191 que foi revisado o Termo de Compromisso e encaminhado ao Cosems para  
192 ser disponibilizado. Lourdes (CIB) contatará Cosems e o NAT e Luciane  
193 verificará se houve pendências sobre o Termo no Cosems

194 **Encaminhamentos:** Liberado o Termo, /Cosems comunicará os municípios.  
195 (melhor constar a Instituição)

196

197 **8. Distribuição de medicamentos pelas ADRs fechadas pelo**  
198 **Decreto do Governador.**

199 Maria Teresa Agostini esclarece que a reunião de março de 2018 foi  
200 cancelada em função do Decreto Estadual que fechou as ADRs. Foi  
201 necessária organização, pois algumas ADRs fazem parte dos Programas da  
202 DIAF. Maria Teresa informa que já participou das reuniões nessas ADRs para  
203 organizar o fluxo para a DIAF. Com o fechamento da ADR de Laguna, cita  
204 que Garopaba e Paulo Lopes ficaram com Florianópolis. Os de Laguna foram  
205 para Tubarão. Isso, com relação aos medicamentos. São Joaquim foi para  
206 Lages. A técnica de São Joaquim foi para Bom Jardim da Serra. Com o  
207 fechamento da ADR de Taió, Ituporanga, Taió e Ibirama foram para Rio do Sul.  
208 foram para Rio do Sul. A técnica de Ituporanga foi para Rio do Sul,  
209 responsável pelos medicamentos judiciais. A equipe de Mafra foi reforçada  
210 com a equipe de Canoinhas. Informa que os atendimentos estão sendo  
211 realizados normalmente. Luciane Savi coloca que os problemas que estão  
212 chegando referem-se aos medicamentos judiciais. E que em alguns  
213 municípios, especialmente os pequenos que assumiram a entrega dos  
214 judiciais do Estado estão enfrentando problemas com desabastecimentos de  
215 medicamentos do “judicial”, pois o Estado não está repassando o quantitativo  
216 necessário. Por pressão judicial e dos autores, alguns secretários estão  
217 comprando os medicamentos com recurso próprio. Alguns municípios  
218 assumiram a entrega de medicamentos judicializados em que sequer são  
219 réus e acabam sofrendo as consequências dos desabastecimentos. Maristela  
220 Sommer cita que em Mafra os problemas são referentes à assistência  
221 farmacêutica, impactados pelos medicamentos judiciais.

222 **Encaminhamentos:** Próxima reunião de 08 de maio sobre judicialização e o  
223 fluxo nas ADRs.

224

225 **9. Câmara Técnica Regional**

226 Alice Buss de São José informa que haverá uma reunião hoje, 10 de abril, no  
227 período da tarde, na CIR da Grande Florianópolis com pauta para ativar a  
228 Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica Regional. Alice informa que os  
229 farmacêuticos foram comunicados. Terezinha Bisognin refere que participou  
230 da reunião na CIR do Oeste para sensibilizar sobre a Câmara Técnica de  
231 Assistência Farmacêutica Regional e não foi bem recebida pela Gerente  
232 Regional de Chapecó. Cita que naquela CIR só discutem consórcio. Ligia  
233 Hoepfner de Pomerode informa que há 11 Câmaras Técnica de Assistência  
234 Farmacêutica Regional no Estado. Adaiane Darós da Regional de Araranguá  
235 refere que trabalha no Estado desde 2014 e chama atenção que é importante



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

236 ver os dois lados, isto é, município e SES. Que antes de 2014, não tinha idéia  
237 de como funcionava o Estado. Gláucia de Siderópolis informa que haverá um  
238 seminário sobre judicialização em Criciúma no dia 04 de maio de 2018.

239

240 **Pauta de Junho de 2018**

241 – Deliberação CIB/501/2013.

242 – Lei 17.110/2017 – Distribuição de medicamento insulina.

243

244 Próxima reunião: 08 de maio de 2018 às 09h. Grupo de trabalho sobre  
245 Judicialização.

246

247

248

**Lourdes de Costa Remor**  
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite